

MEMORANDO INTERNO N° 20/2022

2294
B

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: ALFALAGOS LTDA - ARP N° 02/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ALFALAGOS LTDA - ARP N° 02/2022, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos itens:

ITEM	Descrição	Und, Forc.		Marca/ modelo	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
148	FITA CREPE HOSPITALAR 19 MM X 50 M, ALTA CONFORMABILIDADE E ALTO PODER DE ADESÃO. IMPERMEABILIZANTE, RESISTENTE A SOLVENTES, UMIDADE E TEMPERATURA	UNIDADE		MASTERFI X	4.530	R\$ 3,44	R\$ 15.583,20
01-Alfredo Marcondes	02-Alvares Machado	03-Caiabu	04-Euclides da Cunha	05-Flora Rica	06-Flórida Paulista	07-Iepe	08-Indiana
100	600	100	800	250	500	100	150
09-João Ramalho	10-Martinópolis	11-Nantes	12-Pres. Bernardes	13-Pres. Epitácio	14-Regente Feijó	15-Rosana	16-Taciba
30	1.000	100	0	500	300	0	0

ITEM	Descrição	Und, Forc.		Marca/ modelo	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
150	FITA MICROPOROSA 50MM X 10M. FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO- TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 50MM X 10M BRANCA	UNIDADE		CIEX	14.425	R\$ 4,09	R\$ 58.998,25
01-Alfredo Marcondes	02-Alvares Machado	03-Caiabu	04-Euclides da Cunha	05-Flora Rica	06-Flórida Paulista	07-Iepe	08-Indiana
10.000	0	200	200	800	200	300	300
09-João Ramalho	10-Martinópolis	11-Nantes	12-Pres. Bernardes	13-Pres. Epitácio	14-Regente Feijó	15-Rosana	16-Taciba
25	1.000	200	0	500	300	0	400

ITEM	Descrição	Und, Forc.		Marca/ modelo	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
151	FITA MICROPOROSA, COMPLETA (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 2,5 CM X 10 M	UNIDADE		CIEX	17.080	R\$ 2,35	R\$ 40.138,00
01-Alfredo Marcondes	02-Alvares Machado	03-Caiabu	04-Euclides da Cunha	05-Flora Rica	06-Flórida Paulista	07-Iepe	08-Indiana
10.000	1.000	600	200	600	500	100	300
09-João Ramalho	10-Martinópolis	11-Nantes	12-Pres. Bernardes	13-Pres. Eptácio	14-Regente Feijó	15-Rosana	16-Taciba
180	2.000	300	200	500	300	0	300

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 13 de abril de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Marcel Cardoso - Licitação CIOP

De: SAC - ALFALAGOS <atendimento@alfalagos.movidesk.com>
Enviado em: terça-feira, 12 de abril de 2022 09:13
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Novo ticket: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
Anexos: NFE ATUAL 29280 (ITEM 150).pdf; NFE ATUAL 29466 (ITEM 151).pdf; NFE ATUAL 43165 (ITEM 148).pdf; NFE ANTERIOR 28220 (ITEM 150).pdf; NFE ANTERIOR 28790 (ITEM 151).pdf; NFE ANTERIOR 41705 (ITEM 148).pdf; REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO.pdf

- Não escreva abaixo dessa linha -

Olá, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Informamos que a nossa equipe de atendimento registrou um ticket em seu nome.

2296
PC-25/2021
Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOP
RG: 42.187.355-3
12/04/22



ELAINE 12/04/2022 09:13 (UTC-03:00 Horário Universal Coordenado -3) 1

Prezados, Bom dia!

Segue anexo, solicitação de reequilíbrio econômico financeiro relacionado ao

PREGÃO ELETRÔNICO 25/2021

PROCESSO 46/2021

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até 7 dias, otimizando o acordo entre as partes.

Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.

Gratos por sua compreensão

Aguardo retorno.

Atenciosamente,



Se precisar acrescentar mais detalhes ao seu ticket, fique a vontade para responder esse e-mail.

2297
B

Cordialmente,

Central de atendimento
ALFALAGOS LTDA.

Prezados, Bom dia!

Segue anexo, solicitação de reequilíbrio econômico financeiro relacionado ao

PREGÃO ELETRÔNICO 25/2021

PROCESSO 46/2021

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até 7 dias, otimizando o acordo entre as partes.
Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.
Gratos por sua compreensão

Aguardo retorno.

Atenciosamente,



[MDK19573T155062092]

Este email foi gerado por Movidesk



À COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**PREGÃO ELETRÔNICO 25/2021
PROCESSO 46/2021**

ALFALAGOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14, estabelecida na Avenida Alberto Vieira Romão, n. 1700 – Distrito Industrial, na cidade de Alfenas/MG, CEP 37.135.516, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, formular o presente **PEDIDO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS ITENS 148 FITA ADESIVA 19MMX50M HOSP EMB INDIVIDUAL, 150 FITA CIR MICROPOROSA 5CMX10M e 151 FITA CIR MICROPOROSA 2,5CMX10M,** pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

A licitante já qualificada acima participou do processo licitatório em epígrafe no qual seu objetivo é o registro de preço para eventual aquisição de materiais hospitalares.

A empresa Alfalagos por sua vez, ao verificar que o objeto do edital se enquadrava em sua área de atuação, ingressou no processo, sagrando-se vencedora de alguns itens, os quais lhes foram adjudicados ao final.

Ocorre que os itens supracitados, sofreram variações em seu valor de custo, de tal modo que o preço ofertado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez que conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos dos itens, gerando um desequilíbrio contratual e causando um déficit significativo a licitante.

DO DESEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Como é de conhecimento, a todo o momento diversos produtos sofrem alteração de preços, pois são influenciados por questões mercadológicas e políticas vividas no país e no mundo.

Os materiais, que são objetos do presente requerimento não fogem a regra, sendo um dos produtos mais afetados, tendo em vista que em sua maioria dependem de insumos importados de outros países para fabricação.

Diante disso, os preços praticados em diversos itens na época da participação do certame sofrem alterações de acordo com a situação mundial, no qual podem se tornar extremamente onerosas para execução das obrigações por parte da Licitante.

Como é sabido desde o final do ano de 2019, o mundo está enfrentando uma grave crise sanitária relacionada ao surgimento da doença COVID-19, o que vem gerando uma série de transtornos, principalmente na área médico hospitalar.

Devido à fácil disseminação e as incertezas acerca da fabricação, distribuição e eficácia das vacinas para prevenção da aludida doença, em uma tentativa de controle da dispersão do contágio, grande parte dos países, incluindo o Brasil, se vê em obrigados a isolar parte de população em suas residências e restringir as importações e exportações de diversos itens, tentando desta forma evitar que muitas pessoas mantenham contato uma com as outras, para que o vírus se dissemine o menos possível, porém desta forma as indústrias, os importadores e produtores tem dificuldades em manter seus negócios, pois a capacidade produtiva foi consideravelmente diminuída em razão das restrições atuais.

Atualmente a Índia e a China, respondem por 85% dos insumos para fabricação de medicamentos e materiais hospitalares no Brasil, porém com o surgimento da Pandemia ambos os Países foram extremamente afetados e viram suas demandas aumentarem exacerbadamente, o que vem acarretando um desabastecimento de insumos importados pelo Brasil.

Tais fatos são amplamente divulgados pela mídia nacional e internacional, como se pode verificar por matéria publicada em site da UOL recentemente, com o título "Falta matéria-prima para 68% da indústria retomar produção após a pandemia", no qual cita a dificuldade enfrentada pelas indústrias em adquirir matéria prima para fabricação de itens em geral:

Em processo de retomada das atividades após o auge da crise econômica do coronavírus, o setor industrial brasileiro enfrenta agora a falta de matéria-prima e o aumento de preço dos produtos necessários para a produção. De acordo com dados de sondagem especial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), 68% das empresas estão com dificuldade para comprar matérias primas no mercado nacional. Dentre as empresas que utilizam insumos importados regularmente, 56% relataram dificuldade. (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/23/industria-coronavirus-crise-materia-prima-insumos-pesquisa-cni.htm>)

Não é novidade que com a alta demanda e baixa disponibilidade de produtos, vem à tona a velha premissa comercial, a lei da oferta e da demanda, influenciando nos preços dos produtos, resumindo se o insumo para fabricação de determinado produto falta ou tem sua procura aumentada aquele que detém a produção para o fornecimento dos mesmos aumenta seu preço, o qual é repassado aos importadores, laboratórios e fabricantes que sucessivamente repassam aos distribuidores que é o caso da licitante que não produz os itens que comercializa, sendo somente distribuidora destes, porém sofre com o grande impacto causado pelos aumentos nos custos dos itens que distribui, uma vez que possui contratos com seus clientes por preço determinado.

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br



Como pode ser verificado pela planilha demonstrativa os custos dos produtos aqui elencados que ordeiramente já sofrem alterações em seus valores, foram duramente impactados com o as incertezas acerca da doença em questão, sofrendo com aumento repentino e superior ao que poderia ser previsto por qualquer distribuidor quando do envio das propostas no certame.

Assim, conforme os fatos narrados, visando à manutenção da obrigação pactuada entre as partes, a fim de garantir as condições iniciais do contrato, resguardar a saúde financeira da Licitante e o maior interesse público, com o intuito de não causar eventual desabastecimento nos Órgãos Públicos neste momento tão delicado, se faz necessário o deferimento do reequilíbrio econômico financeiro dos itens supramencionados.

O Nobre Jurista Celso Antônio Bandeira de Mello nos traz o conceito do instituto do equilíbrio econômico-financeiro como "a relação de igualdade formada, de um lado pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro, pela compensação econômica que lhe corresponderá"¹

O equilíbrio econômico financeiro visa justamente equilibrar a relação exercida entre as partes, no qual o contratado se compromete a cumprir com os encargos do contrato e a Administração efetuar a justa remuneração.

A garantia do equilíbrio da equação econômico-financeira estabelece, portanto, que o contratante altere a remuneração do contratado sempre que sobrevier circunstância excepcional capaz de tornar mais onerosa a execução, como é o caso que vem ocorrendo devido as incertezas e imprevisibilidades causadas em todo o mercado devido a Pandemia do Covid-19.

A manutenção e preservação do equilíbrio contratual é garantida constitucionalmente através do artigo 37, inciso XXI, como também legalmente, através da lei 8666/93, artigo 65, inciso II, alínea "d"² e Decreto 7892/2013 artigo 17 caput³.

O próprio TCU prevê a possibilidade de revisão a qualquer tempo, vez que **prevalece a garantia do equilíbrio econômico-financeiro mitigando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório face o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa.** Vejamos:

As cláusulas de reajuste contratual podem e devem ser revistas a qualquer tempo, em respeito à prevalência da garantia de

¹MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 20ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 603

² Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II - por acordo das partes: d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

³Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no alínea "d" do inciso IV e no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



ALFALAGOS

2301
B

manutenção da equação econômico-financeira do contrato. Deve-se, assim, rejeitar a vinculação 'cega' ao ato convocatório, à vista da preponderância do princípio do equilíbrio contratual em conjunto com o princípio da vedação de enriquecimento sem causa. (TCU - Acórdão 36/2008-Plenário, Data da sessão: 23/01/2008, relator: Raimundo Carreiro)

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pontua que a recomposição do equilíbrio econômico financeiro rompido durante a execução contratual trata-se de uma obrigação, não podendo ser considerada mera faculdade dos contratantes.

"Ao se interpretar mencionada regra presente na Lei nº 8.666/93 com base no dispositivo constitucional transcrito, infere-se que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, eventualmente rompido durante a execução contratual, consiste em obrigação legal relativa à gestão do contrato administrativo, não podendo ser considerada mera faculdade ao dispor dos contratantes." (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Processo 811939, Relator: Cons. Antônio Carlos Andrada.)

Dessa maneira, se faz obrigatório a realização do reequilíbrio econômico sempre que a equação contratual for alterada e ocorra um desequilíbrio no inicialmente pactuado entre as partes.

A própria Advocacia Geral da União emitiu o PARECER nº. 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AG, no qual reconhece e configura a doença COVID-19 por si só como caso de força maior ou caso fortuito para concessão de reequilíbrio econômico financeiro, consubstanciando em álea extraordinária aplicando-se a teoria da imprevisão.

Ainda assim, o presente caso enquadra-se aos fatos supervenientes, no qual, novamente, segundo a jurisprudência ora elencada, consiste em alteração mercadológica imprevisível, ou previsível, mas de consequências incalculáveis que prejudiquem a execução contratual. Vejamos:

"Por fim, a álea extraordinária remete às causas estranhas à vontade das partes que alteram a equação econômico-financeira do contrato administrativo. Com base na literatura sobre o tema, agruparemos esses eventos nos gêneros caso fortuito ou força maior, fatos supervenientes imprevistos e sujeições imprevistas... ...Os fatos supervenientes imprevistos, também chamados de álea econômica, são alterações mercadológicas imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, as quais prejudicam a execução contratual pelo particular nas condições originalmente avençadas. O exemplo mais comum é a inflação." (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Processo 811939, Relator: Cons. Antônio Carlos Andrada.) (grifo nosso)

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br

Na questão em tela a revisão no preço é necessária para manutenção das condições empresariais, tendo em vista que acarretará danos irreversíveis a empresa, pois se mantiver o valor ganho, contabilizando os impostos e custos incidentes sobre os produtos, ocorrerá um déficit extremamente alto para a Contratada, como também gerará vantagem excessiva para o Ente Público, configurando enriquecimento sem causa, uma vez que demonstrado o desequilíbrio contratual e o prejuízo que causaria a licitante, o Ente Público ainda sim usar de seu poder discricionário e obrigar a licitante a fornecer o item por valor inferior ao custo, estaria conscientemente causando prejuízo a terceiros, podendo ser objeto de investigação junto ao Tribunal de Contas.

Ora nobre julgador, não havia como prever tamanha oscilação nos preços dos itens licitados, a contratada quando do envio da proposta utiliza o preço atual do mercado para formular sua proposta, bem como insere uma margem de proteção para casos comuns de variação nos preços dos itens, porém no presente caso a variação foi demasiadamente superior ao que poderia ser previsto por qualquer empresa do ramo.

De outra forma, além das questões da pandemia, como amplamente demonstrado, a própria alteração de preço por si só da ensejo ao reequilíbrio econômico, pois não há como prever todas as alterações que poderão sobrevir nos preços, bem como que as ocorridas no presente feito trazem consequências desastrosas e incalculáveis a atividade empresarial, pois afiguram-se em álea econômica extraordinária a ser suportada pelo Empresário, impedindo a execução do contrato.

Para elucidar as questões acima tecidas, trazemos abaixo planilha elencando os itens que se enquadrarão nos termos do presente documento, demonstrando a necessidade da recomposição do preço, no qual devem ser reequilibrados conforme o permitido em lei, mantendo o mesmo padrão de composição quando da participação inicial no certame, inclusive não havendo nenhuma alteração no lucro.

Restando demonstrado tanto à ocorrência do fato quanto o cabimento da recomposição pretendida e sua adequação ao regramento jurídico, devendo ser encarada como um **direito da Contratada**, bem como um **dever da Administração Pública, independente de previsão contratual**, entendimento este que está em conformidade com a melhor doutrina sobre a questão.

Outros princípios que devem ser observados são o **Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa**, os quais nos remetem que as condutas dos licitantes e dos agentes públicos devem ser compatíveis com a moral, ética, bons costumes e honestidade.

Cabe agora ao Órgão Público pautando-se nos princípios acima discorridos analisar os fatos que comprovam o desequilíbrio e acatar o pedido da licitante, reequilibrando os preços conforme a planilha demonstrativa encaminhada.

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br

Deve-se reforçar que em nenhum momento o intuito foi causar prejuízos ao Ente Público e sua População, e sim reequilibrar as relações inicialmente pactuadas de modo que não ocorra nenhuma vantagem entre as partes, **uma vez que o fato ocorrido é alheio a vontade da licitante e pode lhe causar grandes prejuízos sem que nada tenha concorrido para tanto.**

Acatar o pleito é medida que se faz urgente e necessária.

Portanto, tendo como norte o **princípio da eficiência, do equilíbrio contratual, e da Moralidade** cabe à Administração Pública analisar com presteza o presente pedido, de modo a não prejudicar a boa execução do contrato e a evitar prejuízos de ordem financeira à Contratada.

Solicitamos encarecidamente, a suspensão da emissão de ordens de fornecimento que contenham os referidos itens até que seja analisado o requerimento e exaurida decisão pela Administração Pública acerca das solicitações, sob pena de comprometer o equilíbrio contratual, bem como os princípios da lealdade, boa-fé e da moralidade.

DA PLANILHA DEMONSTRATIVA

N ITEM	DESCRIÇÃO	NF ANTERIOR	VALOR NF ANTERIOR	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR GANHO
148	FITA ADESIVA 19MMX50M HCSP EMB INDIVIDUAL	41705	2,69	0,323	0,542	-0,11	3,44
151	FITA CR MICROPOROSA 2.5CMX10M	28790	1,84	0,221	0,371	-0,08	2,35
150	FITA CR MICROPOROSA 5CMX10M	28220	3,20	0,384	0,645	-0,14	4,09

NF ATUAL	VALOR NF ATUAL	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR REAJUSTADO
43165	2,89	0,35	0,582	-0,11	3,70
29466	2,10	0,25	0,423	-0,08	2,69
29280	3,63	0,44	0,732	-0,14	4,66

DOS PEDIDOS

Diante da justificativa, fundamentos e documentos que comprovam as alegações, bem como amparado por legislação específica e considerando o ótimo relacionamento entre as partes, requer que seja recebida e reconhecida a presente solicitação efetuando o reequilíbrio econômico-financeiro dos produtos supramencionados conforme planilha demonstrativa acima.

Portanto pedimos a compreensão do relatado, uma vez que o fato ocorrido foi provocado por motivos fortuitos à vontade desta empresa.

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br



ALFALAGOS

2304
8

Considerando a elevada estima por este órgão, desde já agradecemos e aguardamos o parecer.

Nestes termos,

Pede e Aguarda Deferimento

Alfenas, 11 de abril de 2022

**NATANAEL
PEREIRA:5026
9054634**

Assinado de forma
digital por NATANAEL
PEREIRA:50269054634
Dados: 2022.04.11
17:15:12 -03'00'

ALFALAGOS LTDA.

CNPJ nº 05.194.502/0001-14

Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100
sac@alfalagos.com.br

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

EX DO BRASIL IND E COM DE PROD CIRURG LTDA
 R FREDERICO MENTZ, 483 - PAVLH 7
 NAVEGANTES - 90240-110
 PORTO ALEGRE - RS Fone/Fax: 5133743422

DANFE
 Documento Auxiliar da Nota
 Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA

Nº. 000.028.790
 Série 001
 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4321 1293 4801 9200 0161 5500 1000 0287 9014 3885 7414

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143210262525027 - 14/12/2021 12:40:39

TURA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUTO DO ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0962606375

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

93.480.192/0001-61

DESTINATÁRIO / REMETENTE

RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

ENDEREÇO

ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

MUNICÍPIO

ALFENAS

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

14/12/2021

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135-516

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

UF FONE / FAX

MG

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003	Num.	004
e.	13/01/2022	Venc.	23/01/2022	Venc.	02/02/2022	Venc.	12/02/2022
of	RS 2.831,88	Valor	RS 2.831,88	Valor	RS 2.831,88	Valor	RS 2.831,88

TULO DO IMPOSTO

CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
11.327,52	1.359,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,63	11.327,
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.523,55	339,83	11.327,

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

OVVI LOGISTICA LTDA

ENDEREÇO

PLINIO KROEFF, 1150, 0963271342 - B. RUBEM BERTA - CEP: 9

QUANTIDADE

1

ESPÉCIE

PALLET

MARCA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

23.864.838/0011-09

MUNICÍPIO

PORTO ALEGRE

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

3820025768

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

144,480

PESO LÍQUIDO

144,4

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

QUANTIDADE	PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. II
1401000034	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEX 25MMX10M	Lote/Pecas: FP534/21/0.00 FP537/21-GC/0.00 0401000034 FCI:BC39CBCE-2105-4AE9-9D2F-789B7499297B	30051090	500	6101	UN	2.928,0000	1,8400	5.387,52	5.387,52	646,50		12,00	
1401000033	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEX 100MMX10M	Lote/Pecas: FP538/21-IC/0.00 FP535/21-IC/0.00 0401000033 FCI:E7F7BB8B-1226-4228-9166-DA288176ADFE	30051090	500	6101	UN	792,0000	7,5000	5.940,00	5.940,00	712,80		12,00	

DOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Representante: SUPPORTING REPRESENTACOES LTDA ORDEM DE COMPRA 24580 1 PALLET C/127
 IXAS Item: 1 - Resolucao do Senado Federal n. 13/12, Numero da FCI BC39CBCE-2105-4AE9-9D2F-789B7499297B. Item: 2 -
 olucao do Senado Federal n. 13/12, Numero da FCI E7F7BB8B-1226-4228-9166-DA288176ADFE. Email do Destinatário:
 @alfalagos.com.br,depcompras3@alfalagos.com.br,comercial2
 or Aproximado dos Tributos : R\$ 1.523,55

RESERVADO AO FISCO

2306
5

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

EX DO BRASIL IND E COM DE PROD CIRURG LTDA
R FREDERICO MENTZ, 483 - PAVLH 7
NAVEGANTES - 90240-110
PORTO ALEGRE - RS Fone/Fax: 5133743422

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

1

Nº. 000.029.280
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4322 0393 4801 9200 0161 5500 1000 0292 8016 6199 3997

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143220044715195 - 02/03/2022 16:57:50

FREQUÊNCIA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUTO DO ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0962606375

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

93.480.192/0001-61

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

ENDEREÇO

ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

CIDADE

ALFENAS

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135-516

UF FONE / FAX

MG

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

DATA DA EMISSÃO

02/03/2022

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TABELA / DUPLICATA

Item	Num.	Venc.	Valor	Num.	Venc.	Valor	Num.	Venc.	Valor	Num.	Venc.	Valor
1.	001			002			003			004		
C.	01/04/2022			11/04/2022			21/04/2022			01/05/2022		
V.	RS 11.717,64			RS 11.717,64			RS 11.717,64			RS 11.717,64		

* VALOR DO IMPOSTO

CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
46.870,56	5.624,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,66	46.870,56
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.304,09	1.406,12	46.870,56

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

OVVI LOGISTICA LTDA

ENDEREÇO

JA DA PEDREIRA, 84 - B. PEDREIRA - CEP: 92480-000

QUANTIDADE

2

ESPÉCIE

PALLETS

MARCA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

RS

CNPJ / CPF

23.864.838/0011-09

MUNICÍPIO

NOVA SANTA RITA

UF

RS

INSCRIÇÃO ESTADUAL

3820025768

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

708,869

PESO LÍQUIDO

708,8

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
401000024	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEX 50MMX10M FP122/22-HC FP125/22-HC FP126/22-HC Lote/Pecas: FP122/22-HC/0.00 FP125/22-HC/0.00 FP126/22-HC/0.00 FCL:E78830FF-720D-43DC-AFD6-A635F4662B5F	30051090	500	6101	UN	12.912,0000	3,6300	46.870,56	46.870,56	5.624,47		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Representante: SUPPORTING REPRESENTACOES LTDA ORDEM DE COMPRA 24580 (SALDO FINAL) 2
LLETES C/269 CAIXAS (CADA) Item: 1 - Resolucao do Senado Federal n. 13/12, Numero da FCI E78830FF-720D-43DC
D6-A635F4662B5F, Email do Destinatário: nfe@alfalagos.com.br,depcompras3@alfalagos.com.br,comercial2
ou Aproximado dos Tributos : R\$ 6.304,09

RESERVADO AO FISCO

2302

FADE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

POLI TAPE IND. E COM. DE FITAS

RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, 3001
SAO LUIZ - 92420-360
CANOAS - RS Fone/Fax: 5133372544

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.041.705
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4321 0590 0591 7100 0189 5500 1000 0417 0510 9844 4369

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

TUREZA DA OPERAÇÃO

6.101-VENDA PRODUCAO ESTABELECIMENTO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143210093896718 - 12/05/2021 12:25:52

SCRIÇÃO ESTADUAL

0240368495

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

90.059.171/0001-89

STINATÁRIO / REMETENTE

IE / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

DEREÇÃO

ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

NÍCIO

ALFENAS

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

12/05/2021

CEP

37130-000

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

UF

FONE / FAX

MG

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
c.	09/06/2021	Venc.	16/06/2021	Venc.	23/06/2021
RS	22.918,64	Valor	RS 22.916,00	Valor	RS 22.916,00

I CULO DO IMPOSTO

CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
65.476,80	7.857,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.080,36	65.476,80
OR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	0,00	0,00	3.273,84	0,00	0,00	4.976,24	68.750,64

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

IE / RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTES PRATAVERA EIRELI-EPP

DEREÇÃO

DD RS 324 KM 4,2448/PAVLH: 01;

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANT

MUNICÍPIO

NOVA PRATA

UF

CNPJ / CPF

04.002.624/0001-07

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0850030218

ANTIDADE

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

6

PALLETS

MASTERFIX

2.299,890

2.299,8

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

IGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O-CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. II
1000034	FT HP 16MMX50M FLPCX72 TUB E FILM ARTE MASTERFIX OC: 22819 Reso.Sen.Fed n 13/12, n FCI: 5577A64A-EBE8-4E0A-B3F2-813D1B FCI:5577A64A-EBE8-4E0A-B3F2-813D1B930FID	48114110	500	6101	RL	648,0000	2,2000	1.425,60	1.425,60	171,07	71,28	12,00	5,00
1000035	FT HP 19MMX50M FLPCX60 TUB E FILM ARTE MASTERFIX Reso.Sen.Fed n 13/12, n FCI: 599C0EAC-0AA9-4423-AACB-C1942B27E227 FCI:599C0EAC-0AA9-4423-AACB-C1942B27E227	48114110	500	6101	RL	25.020,0000	2,5600	64.051,20	64.051,20	7.686,14	3.202,56	12,00	5,00

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Pedido(s): 76073 /Rep: 61 SAIONARA /Cod.Cliente: 3563 O.C 22819 REDESPACHO FOB EXPRESSO IDEAL RGAS CNPJ: 10.213.679/0003-12 IE: 14828903117 RUA SARGENTO MANOEL CHAGAS 130 BAIRRO PQ NOVO MUNDO FONE: (11)2954-8223 COD: 1000035 (417 CAIXAS) LOTE: 210506-15 / 210506-07 / 210506-08 / 210506-14 / 210429-07 / 430-06 / 210428-03 / 210506-12 / 210506-02 / 210505-09 COD: 1000034 (9 CAIXAS) LOTE: 210416-11 / 210506-16 / 506-05 5 PALETES: 1,60M DE ALTURA, 1,20M DE COMPRIMENTO, 1M DE LARGURA. 1 PALETE: 95CM DE ALTURA, 1M DE COMPRIMENTO, 1M DE LARGURA. Pedido: 22819 Email do Destinatário: alfalagos@alfalagos.com.br
Pedido pelo: ERP SIGER
Informática: 51 3582.4001 - www.rech.com.br
DNOT: 0075467
FPEN: 000041705

RESERVADO AO FISCO

ies: Fone: (51)3337.2544

Recebi(emos) de CIEIX DO BRASIL IND E COM DE PROD CIRURG LTDA, os produto(s) constante(s) da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado, bem como atestamos que os mesmos foram examinados, conforme os testes constantes do Boletim de Conformidade/Certificado de Qualidade, servindo o aceite da presente para todos os efeitos legais.

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº.: 000.029.466

SÉRIE: 1

2308

E



CIEIX DO BRASIL IND E COM DE PROD

CIRURG LTDA

R FREDERICO MENTZ, 483 - PAVLH 7

NAVEGANTES - 90240.110

PORTO ALEGRE/RS

Fone/Fax: 51 3374-3422

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

NF-e

Nº.: 000.029.466

SÉRIE: 1

1- Saída 1 FLS.:1/1

2- Entrada



CHAVE DE ACESSO DA NF-E

4322 0393 4801 9200 0161 5500 1000 0294 8619 1171 0271

CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal OU SITE DA SEFAZ AUTORIZADA

NATUREZA DE OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUTO DO ESTABELECIMENTO 6101

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143220064755902 28/03/2022 13:38:03

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0962606375

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

93.480.192/0001-61

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

28/03/22

ENDEREÇO

AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135-516

DATA DA ENTRADA / SAÍDA

MUNICÍPIO

ALFENAS

FONE / FAX

35 3701-0450

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA ENTRADA / SAÍDA

FATURA

FATURA	VENCIMENTO	VALOR	FATURA	VENCIMENTO	VALOR	FATURA	VENCIMENTO	VALOR
29466 / 1	27/04/22	R\$: 11.579,55	29466 / 4	27/05/22	R\$: 11.579,55			
29466 / 2	07/05/22	R\$: 11.579,55						
29466 / 3	17/05/22	R\$: 11.579,55						

CÁLCULO DOS IMPOSTOS

CÁLCULO DOS IMPOSTOS		BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		
46.318,20	5.558,18		0,00	0,00	46.318,20
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.318,20

TRANSPORTADORA / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
MOVVI LOGISTICA LTDA	0 - Emitente				23.864.838/0011-09
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
RUA DA PEDREIRA, 84	NOVA SANTA RITA	RS	3820025768		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2	PALLETS			612,600	612,600

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNI	QUANT.	V. UNIT.	V. DESC.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0401000034	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEIX 25MMX10M FP199/22-GC/FP202/22-GC SEM GTIN 25/03/2024 - FP199/22-GC/3.25426/03/2024 - FP202/22-GC/6.758	30051090	500	6.101	UN	10.032	2.100000	0,00	21.067,20	21.067,20	2.528,06	0,00	12,00%	0,00%
0401000005	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEIX 12MMX10M FP141/22-FC SEM GTIN 08/03/2022 - FP141/22-FC/72	30051090	500	6.101	UN	72	1.400000	0,00	100,80	100,80	12,10	0,00	12,00%	0,00%
0401000033	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEIX 100MMX10M FP190/22-IC/FP193/22-IC SEM GTIN 24/03/2024 - FP193/22-IC/1.77623/03/2024 - FP190/22-IC/228	30051090	500	6.101	UN	2.004	7.800000	0,00	15.631,20	15.631,20	1.875,74	0,00	12,00%	0,00%
0401000037	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEIX 100MMX4,5M FP192/22-EC SEM GTIN 24/03/2024 - FP192/22-EC/2.004	30051090	500	6.101	UN	2.004	4.750000	0,00	9.519,00	9.519,00	1.142,28	0,00	12,00%	0,00%
Resolução do Senado Federal nº 13/12 - Número da FCI135DF11F-D050-4728-9D69-BD14BAF0B93E.														

DADOS DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO ISSQN	VALOR DO ISSQN	FUNRURAL	TOTAL FATURADO
19846428	0,00	0,00	0,00	0,00	46.318,20

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Credenciado a emitir NF-e - Consulte o site da Secretaria da Fazenda na Internet <http://www.sefaz.rs.gov.br>
Representante: SUPPORTING REPRESENTAÇÕES LTDA ORDEM DE COMPRA 24.957 1 PALLET C/244 E 1
PALLET C/300 CAIXAS, T
OTALIZANDO 2 PALLETS C/544 CAIXAS
Val. Aprox. Tributos Federais: 6.229,81 Fonte: IBPT

RESERVADO AO FISCO

2309

FA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

EX DO BRASIL IND E COM DE PROD CIRURG LTDA
R FREDERICO MENTZ, 483 - PAVLH 7
NAVEGANTES - 90240-110
PORTO ALEGRE - RS Fone/Fax: 5133743422

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.028.220
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4321 1093 4801 9200 0161 5500 1000 0282 2019 6291 8304

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

TUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUTO DO ESTABELECIMENTO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143210203248166 - 04/10/2021 17:15:13

SCRIÇÃO ESTADUAL

0962606375

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

93.480.192/0001-61

STINATÁRIO / REMETENTE

ME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

DEREÇÃO

ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

NÍCIO

ALFENAS

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135-516

DATA DA EMISSÃO

04/10/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

UF

MG

FONE / FAX

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
c.	03/11/2021	Venc.	13/11/2021	Venc.	23/11/2021
or.	RS 10.149,76	Valor	RS 10.149,76	Valor	RS 10.149,76

ICULO DO IMPOSTO

CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT
30.449,28	3.653,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,92	30.449,
OR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.095,43	913,48	30.449,

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ME / RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

DEREÇÃO

RD RSC 453, S/N, KM 101-500 - B. TAMANDARE - CEP: 95720-000

ANTIDADE

2

ESPECIE

PALLETS

MARCA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

MUNICÍPIO

GARIBALDI

PLACA DO VEÍCULO

UF

RS

CNPJ / CPF

29.331.210/0001-44

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0500079730

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

510,638

PESO LÍQUIDO

510,6

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

IGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. II
401000024	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEX 50MMX10M Lote/Pecas: FP410/21-HC/0.00 FP411/21-HC/0.00 0401000024 FCI:E78830FF-720D-43DC-AFD6-A635F4662B5F	30051090	500	6101	UN	8.016,0000	3,2000	25.651,20	25.651,20	3.078,14		12,00	
401000036	FITA CIRURGICA MICROPOROSA CIEX 50MMX4,5M Lote/Pecas: FP378/21-DC/0.00 FP418/21-DC/0.00 0401000036 FCI:47E0243E-8ED3-4403-A357-09AC095C5910	30051090	500	6101	UN	2.016,0000	2,3800	4.798,08	4.798,08	575,77		12,00	

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Representante: SUPPORTING REPRESENTACOES LTDA ORDEM DE COMPRA 24009 2 PALLETS C/209
IXAS (CADA) Item: 1 - Resolucao do Senado Federal n. 13/12, Numero da FCI E78830FF-720D-43DC -AFD6-A635F4662B5F,
n: 2 - Resolucao do Senado Federal n. 13/12, Numero da FCI 47E0243E-8ED3-4403 -A357-09AC095C5910. Email do
destinatário: envia.nfe@alfalagos.com.br,depcompras3@alfalagos.com.br,come
or Aproximado dos Tributos : R\$ 4.095,43

RESERVADO AO FISCO

FA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

POLI TAPE IND. E COM. DE FITAS

RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN, 3001
SAO LUIZ - 92420-360
CANOAS - RS Fone/Fax: 5133372544

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.043.165
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4322 0290 0591 7100 0189 5500 1000 0431 6515 4822 1360

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

TUREZA DA OPERAÇÃO

6.101-VENDA PRODUCAO ESTABELECIMENTO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

143220036613688 - 18/02/2022 15:23:30

CRICÇÃO ESTADUAL

0240368495

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

90.059.171/0001-89

STINATÁRIO / REMETENTE

ME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

EREÇO

ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700

NICÍPIO

ALFENAS

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

UF

MG

FONE / FAX

3537010450

CEP

37130-000

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

DATA DA EMISSÃO

18/02/2022

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
2.	18/03/2022	Venc.	25/03/2022	Venc.	01/04/2022
3.	RS 22.760,77	Valor	RS 22.759,00	Valor	RS 22.759,00

* CULO DO IMPOSTO

CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUT.
65.027,40	7.803,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,20	65.027,40
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOT.
0,00	0,00	0,00	0,00	3.251,37	0,00	0,00	4.349,04	68.278,77

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ME / RAZÃO SOCIAL

ANSPORTES PRATAVERA EIRELI-EPP

EREÇO

DD RS 324 KM 4,2448/PAVLH: 01;

ANTIDADE

6

ESPECIE

PALLETS

MARCA

MASTERFIX

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

MUNICÍPIO

NOVA PRATA

PLACA DO VEÍCULO

UF

RS

CNPJ / CPF

04.002.624/0001-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0850030218

PESO BRUTO

2.023,540

PESO LÍQUIDO

2.023,5

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

IGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
1000034	FT HP 16MMX50M FLPCX72 TUB E FILM ARTE MASTERFIX Ref.Cliente: 37536 OC: 24808 Reso.Sen.Fed n 13/12, n FCI: 5577A64A-EB FCI:5577A64A-EBE8-4E0A-B3F2-813D1B930F1D	48114110	500	6101	RL	3.528,0000	2,3500	8.290,80	8.290,80	994,89	414,54	12,00	5,00
1000172	FT AC 19MMX30M FLPCX60 TUB E FILM ARTE MASTERFIX OC: 24808 Reso.Sen.Fed n 13/12, n FCI: FE495C87-C433-442C-B208-B2F7AD FCI:FE495C87-C433-442C-B208-B2F7AD279FFB	48114110	500	6101	RL	3.540,0000	2,7900	9.876,60	9.876,60	1.185,19	493,83	12,00	5,00
1000035	FT HP 19MMX50M FLPCX60 TUB E FILM ARTE MASTERFIX OC: 24808 Reso.Sen.Fed n 13/12, n FCI: 599C0EAC-0AA9-4423-AACB-C1942B FCI:599C0EAC-0AA9-4423-AACB-C1942B27E227	48114110	500	6101	RL	17.040,0000	2,7500	46.860,00	46.860,00	5.623,20	2.343,00	12,00	5,00

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: Pedido(s): 77744 /Rep: 61 SAIONARA /Cod.Cliente: 3563 REDESPACHO FOB EXPRESSO IDEAL CARGAS
PJ: 10.213.679/0003-12 IE: 14828903117 RUA SARGENTO MANOEL CHAGAS 130 BAIRRO PQ NOVO MUNDO - SP
NE: (11)2954-8223 COD: 1000034 (49 CAIXAS) LOTE: 220901 COD: 1000172 (59 CAIXAS) LOTE: 220215 COD: 1000035
(4 CAIXAS) LOTE: 220126 3 PALETES: 1,60M DE ALTURA, 1,20M DE COMPRIMENTO, 1M DE LARGURA. 3 PALETES:
1M DE ALTURA, 1,20M DE COMPRIMENTO, 1M DE LARGURA. Pedido: 24808 Email do Destinatário:
lagos@alfalagos.com.br
tido pelo: ERP SIGER
h Informativa: 51 3582.4001 - www.rech.com.br
DNOT: 0076953
IPEN: 000043165

RESERVADO AO FISCO

ies: Fone: (51)3337.2544

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ALFALAGOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS
ITEMS: 148 – FITA CREPE HOSPITALAR 19MM X 50M, ALTA
CONFORMABILIDADE E ALTO PODER DE ADESÃO, IMPERMEABILIZANTE,
RESISTENTE A SOLVENTES, UMIDADE E TEMPERATURA; 150 – FITA
MICROPOROSA 50MM X 10M. FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA
CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS
DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE
POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 50MM X 10M BRANCA; 151 – FITA
MICROPOROSA, COMPLETA (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA
PLÁSTICA), MEDINDO 2,5CM X 10M.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens: 148 – fita crepe hospitalar 19mm x 50m, alta conformabilidade e alto poder de adesão, impermeabilizante, resistente a solventes, umidade e temperatura; 150 – fita microporosa 50mm x 10m. fita cirúrgica microporosa confeccionada com substrato de não tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico, 50mm x 10m branca; 151 – fita microporosa, completa (com lacre de proteção, capinha plástica),

medindo 2,5cm x 10m, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa ALFALAGOS LTDA, registrados na ata do Pregão Eletrônico nº 25/2021, com solicitação juntada às fls. 2.294/2.310, alegando que: "teve seu custo em mercado passado por um aumento imprevisível".

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses**.

Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

E. L.

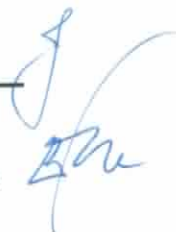
Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que, em matéria de Ata de Registro de Preço, a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

Salutar ressaltar que quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:



72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários quando da apresentação de suas propostas nos respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES



2332
6

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

Handwritten signature and initials.



8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que*

[Handwritten signature]

2334
8

ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta". (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

[Handwritten signature]
85



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2335
5

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 29 de abril de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 48/2022**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretora Executiva**Assunto:** Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021**Interessado:** ALFALAGOS LTDA - ARP Nº 02/2022

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 2.328/2.335, que opinou pelo indeferimento do pedido, às fls. 2.298/2.310 de Reequilíbrio Econômico – Financeiro do item **148** - fita crepe hospitalar 19 mm x 50 m, marca masterfix; **150** - fita microporosa 50mm x 10m. fita cirúrgica, marca ciex; **151** - fita microporosa, completa (com lacre de proteção, capinha plástica), medindo: 2,5 cm x 10 m, em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 04 de maio de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

2.357

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: ALFALAGOS LTDA - ARP Nº 02/2022

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e ou cancelamento, às fls. 2.298/2.310, do item **148** - fita crepe hospitalar 19 mm x 50 m, marca masterfix; **150** - fita microporosa 50mm x 10m. fita cirúrgica, marca ciex; **151** - fita microporosa, completa (com lacre de proteção, capinha plástica). medindo: 2,5 cm x 10 m, registrado na Ata de Registro de Preços nº 02/2022, alegando, em síntese, sob a justificativa do aumento de preço junto ao seu fornecedor.

O Setor Jurídico às fls. 2.328/2.335 opinou pelo indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ALFALAGOS LTDA**, **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 04 de maio de 2022



MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Executiva - CIOP